



**Estrangeiros na Amazônia no
período colonial**



Estrangeiros na Amazônia no período colonial

Por ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS



SEPARATA DA REVISTA 'OCIDENTE' — VOLUME LXIV
— LISBOA, 1963

A participação dos elementos estrangeiros, isto é, aqueles que não ponderaram na formação da sociedade brasileira nos seus três séculos de estruturação inicial, a participação no desenvolvimento social e económico do Brasil e de certo modo na modificação daquele *status* que vinha do período colonial, possuiu e possui, realmente, um relevo impressionante.

Estudado em mais de um aspecto, proposto em suas linhas gerais, o tema não seduziu, todavia, o historiador e o sociólogo que lhe traçassem o quadro total. Assim, se sabemos com detalhes o que foi a contribuição de Italianos, de Alemães, de Suíços, no sul do Brasil, nos seus aspectos quantitativos e qualitativos, ignoramos, nas minúcias, a contribuição de outros grupos europeus, de grupos asiáticos, que nem por ter sido menos penetrante que a daqueles três outros grupos, deve ser desprezada. Para exemplificar, os Ingleses. O que conhecíamos acerca dos homens da ilha quase que se restringia às referências aos seus homens de negócios, às suas companhias, aos piratas que andaram pelo nosso litoral nos começos da nossa vida, aos homens de ciência que nos mandou para identificar mil coisas da nossa flora, da nossa fauna, da nossa humanidade, do nosso potencial económico. E no entanto, com o primeiro volume de *'Ingleses no Brasil'*, de Gilberto Freire, quão diferente se nos apresenta o quadro da presença deles, entre nós, nas particularidades mínimas da nossa composição! Quantitativamente e qualitativamente, como a penetração inglesa no nosso *faciès* social e económico se nos propõe com outra intensidade!

E a contribuição francesa? E a eslava? O próprio contingente português, já foi apreciado na variedade de estilos de vida por que ele se apresentou nestas terras de Santa Cruz?

A participação estrangeira na formação e no desenvolvimento do Brasil, portanto, grande tema a desafiar historiadores e sociólogos, pelo que já sabemos possui, realmente, como afirmamos de início, um relevo impressionante. Reduz-se, porém, na importância que possui, às áreas do sul do país. Porque no norte, ela constituiu, até hoje, uma experiência de menos expressividade que factores vários explicam.

No caso particular do norte, a participação do elemento estrangeiro no amansamento, na conquista, na integração da Amazônia às áreas da civilização brasileira, tem sido, ora negada inteiramente, ora indicada como uma participação intensa, de frutos memoráveis. Os que a negam, valem-se da tese que afirma a impossibilidade de uma ocupação daquela região por grupos que não sejam os grupos já ali afeitos ao ambiente, dado o rigorismo do clima e de outros factores que desencorajam quando não invali-

dam todo e qualquer esforço para vencer a resistência do meio. Os que afirmam a participação, louvando-a, e de certo modo desmerecendo ou ignorando a contribuição que a energia brasileira vem desenvolvendo ali, não se apoiam em dados realísticos, concluindo em face de informações que quase sempre são decorrentes de constatações apressadas ou elaboradas dentro de preocupações pouco sadias, de brasilidade suspeita.

A verdade, todavia, deve ser encontrada num meio termo. Porque, de facto, essa participação ocorreu, mas sem que tivesse sido ponderante ou de frutos sensíveis. A resistência do meio, a atracção que as regiões do sul sempre ofereceram aos imigrantes estrangeiros, as condições de vida regional, explicam grosso modo, a pequena intensidade dessa participação.

Ao tempo em que Portugal possuía a região, porfiando por mantê-la integrada à soberania que representava, a presença do estrangeiro estava sujeita às reservas e restrições impostas ou aconselhadas pelos interesses nacionais. Não era conveniente, então, permitir a entrada, no grande espaço geográfico que tanto estava custando incorporar ao império ultramarino, e sobre o qual era voraz o apetite de outros povos europeus, de elementos que pudessem, de qualquer maneira, criar dificuldades, pôr em perigo os direitos que Portugal se atribuía.

Toda a política realizada no império, no tocante à presença de estranhos, estava condicionada a esses motivos particulares. Mais: à condição religiosa do imigrante, que não devia ser um «herege» e sim um católico para poder encontrar facilidades, antes, menores embaraços.

Mesmo assim, no decorrer do período colonial a participação estrangeira se verificou. Não se abriram exceções, é certo, dispensando aquelas verificações decorrentes do clima político-religioso que se vivia. Os estrangeiros que encontramos na Amazónia nessa fase eram estrangeiros que ali haviam chegado clandestinamente ou haviam sido mandados de Lisboa para ajudar, para cooperar na empresa colonizadora.

No primeiro caso, esses estrangeiros foram franceses, holandeses e ingleses, aportados ao extremo norte nos píncipios do século XVII. Jogava-se, a essa altura, a partida entre eles e os luso-brasileiros, que se disputavam aquela conquista. Vencedores estes últimos, dos ingleses, holandeses e franceses aprisionados, vários permaneceram na região, sob vigilância rigorosa, naturalmente por serem considerados como elementos úteis pelo que sabiam, pelo que podiam informar acerca das particularidades locais.

Assim, em 1648, por uma petição apresentada pelo francês Francisco Lanier, (consultamo-la na documentação Rio Branco, do Arquivo Histórico do Itamarati) a 6 de Outubro, viviam no Pará cinco franceses e no Maranhão catorze. Seis eram casados. Dois eram cirurgiões. Dizia o peticionário que todos se ligavam à terra por uma velha permanência que os tornava experientes. Pleiteavam regressar à pátria. O pedido, evidentemente, não podia agradar aos luso-brasileiros pelos perigos que em si abrigava. Por

Estrangeiros na Amazônia no período colonial

Por ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS



SEPARATA DA REVISTA 'OCIDENTE' — VOLUME LXIV
— LISBOA, 1963



A participação dos elementos estrangeiros, isto é, aqueles que não ponderaram na formação da sociedade brasileira nos seus três séculos de estruturação inicial, a participação no desenvolvimento social e económico do Brasil e de certo modo na modificação daquele *status* que vinha do período colonial, possuiu e possui, realmente, um relevo impressionante.

Estudado em mais de um aspecto, proposto em suas linhas gerais, o tema não seduziu, todavia, o historiador e o sociólogo que lhe traçassem o quadro total. Assim, se sabemos com detalhes o que foi a contribuição de Italianos, de Alemães, de Suíços, no sul do Brasil, nos seus aspectos quantitativos e qualitativos, ignoramos, nas minúcias, a contribuição de outros grupos europeus, de grupos asiáticos, que nem por ter sido menos penetrante que a daqueles três outros grupos, deve ser desprezada. Para exemplificar, os Ingleses. O que conhecíamos acerca dos homens da ilha quase que se restringia às referências aos seus homens de negócios, às suas companhias, aos piratas que andaram pelo nosso litoral nos começos da nossa vida, aos homens de ciência que nos mandou para identificar mil coisas da nossa flora, da nossa fauna, da nossa humanidade, do nosso potencial económico. E no entanto, com o primeiro volume de *'Ingleses no Brasil'*, de Gilberto Freire, quão diferente se nos apresenta o quadro da presença deles, entre nós, nas particularidades mínimas da nossa composição! Quantitativa e qualitativamente, como a penetração inglesa no nosso *facês* social e económico se nos propõe com outra intensidade!

E a contribuição francesa? E a eslava? O próprio contingente português, já foi apreciado na variedade de estilos de vida por que ele se apresentou nestas terras de Santa Cruz?

A participação estrangeira na formação e no desenvolvimento do Brasil, portanto, grande tema a desafiar historiadores e sociólogos, pelo que já sabemos possui, realmente, como afirmamos de início, um relevo impressionante. Reduz-se, porém, na importância que possui, às áreas do sul do país. Porque no norte, ela constituiu, até hoje, uma experiência de menos expressividade que factores vários explicam.

No caso particular do norte, a participação do elemento estrangeiro no amansamento, na conquista, na integração da Amazônia às áreas da civilização brasileira, tem sido, ora negada inteiramente, ora indicada como uma participação intensa, de frutos memoráveis. Os que a negam, valem-se da tese que afirma a impossibilidade de uma ocupação daquela região por grupos que não sejam os grupos já ali afeitos ao ambiente, dado o rigorismo do clima e de outros factores que desencorajam quando não invali-

dam todo e qualquer esforço para vencer a resistência do meio. Os que afirmam a participação, louvando-a, e de certo modo desmerecendo ou ignorando a contribuição que a energia brasileira vem desenvolvendo ali, não se apoiam em dados realísticos, concluindo em face de informações que quase sempre são decorrentes de constatações apressadas ou elaboradas dentro de preocupações pouco sadias, de brasilidade suspeita.

A verdade, todavia, deve ser encontrada num meio termo. Porque, de facto, essa participação ocorreu, mas sem que tivesse sido ponderante ou de frutos sensíveis. A resistência do meio, a atracção que as regiões do sul sempre ofereceram aos imigrantes estrangeiros, as condições de vida regional, explicam grosso modo, a pequena intensidade dessa participação.

Ao tempo em que Portugal possuiu a região, porfiando por mantê-la integrada à soberania que representava, a presença do estrangeiro estava sujeita às reservas e restrições impostas ou aconselhadas pelos interesses nacionais. Não era conveniente, então, permitir a entrada, no grande espaço geográfico que tanto estava custando incorporar ao império ultramarino, e sobre o qual era voraz o apetite de outros povos europeus, de elementos que pudessem, de qualquer maneira, criar dificuldades, pôr em perigo os direitos que Portugal se atribuía.

Toda a política realizada no império, no tocante à presença de estranhos, estava condicionada a esses motivos particulares. Mais: à condição religiosa do imigrante, que não devia ser um «herege» e sim um católico para poder encontrar facilidades, antes, menores embaraços.

Mesmo assim, no decorrer do período colonial a participação estrangeira se verificou. Não se abriram excepções, é certo, dispensando aquelas verificações decorrentes do clima político-religioso que se vivia. Os estrangeiros que encontramos na Amazónia nessa fase eram estrangeiros que ali haviam chegado clandestinamente ou haviam sido mandados de Lisboa para ajudar, para cooperar na empresa colonizadora.

No primeiro caso, esses estrangeiros foram franceses, holandeses e ingleses, aportados ao extremo norte nos píncipios do século XVII. Jogava-se, a essa altura, a partida entre eles e os luso-brasileiros, que se disputavam aquela conquista. Vencedores estes últimos, dos ingleses, holandeses e franceses aprisionados, vários permaneceram na região, sob vigilância rigorosa, naturalmente por serem considerados como elementos úteis pelo que sabiam, pelo que podiam informar acerca das particularidades locais.

Assim, em 1648, por uma petição apresentada pelo francês Francisco Lanier, (consultamo-la na documentação Rio Branco, do Arquivo Histórico do Itamarati) a 6 de Outubro, viviam no Pará cinco franceses e no Maranhão catorze. Seis eram casados. Dois eram cirurgiões. Dizia o peticionário que todos se ligavam à terra por uma velha permanência que os tornava experientes. Pleiteavam regressar à pátria. O pedido, evidentemente, não podia agradar aos luso-brasileiros pelos perigos que em si abrigava. Por

isso mesmo não teve deferimento. E o próprio Lanier, quando ocorreram incidentes com os Franceses de Caiena, foi mandado retirar para lugar distante, a fim de não poder entrar em contacto com os seus compatriotas fornecendo-lhes informações.

Dois anos antes da petição de Lanier, um grupo irlandês pretendia estabelecer colônia nas alturas do Gurupá. E numa frota de nove navios, partidos da base inglesa de S. Cristóvão, nas Antilhas, chegara àquele sítio, à margem do Amazonas. Alegavam ser católicos, portanto não entrariam em choque com os sentimentos religiosos dos luso-brasileiros. Chefiava-os Guilherme Brum. Brum participara das campanhas militares para a Restauração de Portugal, mas participara também, em período anterior, da tentativa britânica para empossar-se da Amazônia. Fora aprisionado nos choques havidos entre os luso-brasileiros e seus compatriotas. Embora dizendo-se católico, não poderia merecer confiança. D. João IV, no entanto, estimava-o e o encarregara de dirigir a instalação dos Irlandeses. A concessão para o empreendimento colonial fora feita ao capitão Pedro Svetman, mas este morrera e Brum solicitara para si a transferência da concessão. Pouca oposição se fizera ao empreendimento. E os Irlandeses, reduzidos a 140 famílias e trazendo consigo outros estrangeiros, parece que iniciaram a cultura do tabaco e a pesca do peixe-boi. O Conselho Ultramarino, todavia, pelo parecer do Marquês de Montalvão, Jorge de Castilho, Jorge Albuquerque e João Delgado Filho, a 9 de Novembro de 1647 decidiu que não convinha aos melhores interesses de D. João IV, que subira ao trono recentemente, restaurando a monarquia e a soberania lusitanas, a existência da colônia irlandesa. O vigário de S. Luís, Mateus de Sousa, o Dr. Tomé Pinto da Veiga e António de Sousa Macedo, «Residente» de Portugal em Londres, argumentaram com decisão. Dirigiram-se a Sua Majestade falando claro sobre os perigos a que ficava exposta a Amazônia no tocante à soberania de Portugal. Sousa Macedo, de Londres, onde colhia informações sobre os projectos britânicos, e em Lisboa, onde se avistou com Sua Majestade, foi incisivo. A concessão constituía um erro. Impunha-se a sua revogação imediata. O Conselho Ultramarino insistia na mesma solução. Expedida ordem a respeito, os estrangeiros foram aprisionados e mandados recolher a S. Luís. Que fim tiveram? Quantos somavam? Que tinham de proveitoso, começado, realmente, a realizar? O assunto, interessante, não mereceu ainda o exame dos investigadores. É uma página de história a escrever e sobre a qual há importante documentação no Arquivo Histórico do Itamarati, no Rio de Janeiro, e no Arquivo Histórico do Ultramar, em Lisboa ¹.

Outro grupo de estrangeiros foi constituído pelos suíços que, na administração do capitão-general Ataíde Teive, vieram na condição de colonos. Sabemos ainda muito pouco acerca dessa experiência. Quantos eram? Porque vieram para a Amazônia? Onde

¹ Parte dessa documentação vai ser divulgada pela Imprensa da Universidade do Pará, em trabalho do historiador Ernesto Cruz.

foram localizados? Que produziram? O pouco que ficou sobre a colônia está registado nas páginas do *Diário da Viagem Philosophica* que Alexandre Rodrigues Ferreira escreveu e a '*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*' divulgou nos tomos 48 a 51. E por esse informe mingoado, temos a notícia de que os Suíços foram instalados no rio Uanarepecú, povoado de Vila Nova Viçosa da Madre de Deus, fundado com imigrantes ilhéus, começados a chegar em grandes levas na quinta década do século XVIII.

Além desses suíços, nas levas exportadas de Lisboa, no consulado pombalino, vieram Alemães, Catalães, Mouros, Húngaros, Genoveses, Piemonteses, Ciganos, cujos nomes constam das relações, que divulgamos na memória *Casais, Soldados e Degredados na Colonização da Amazônia*, aprovada pelo III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia e divulgada no 4.º volume dos respectivos Anais, e das relações que permanecem inéditas na riquíssima secção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Públicos do Estado do Pará.

De todos esses estrangeiros que atingiam o vale das grandes águas, na fase em que os luso-brasileiros se empenharam no empreendimento gigantesco de torná-lo um ambiente menos agressivo e de rendimento apreciável na conjuntura económica do império português na Sul-América, queremos registar em especial três figuras que com ele se identificaram prestando serviços de importância ponderável. Referimo-nos a Lourenço Belfort, irlandês, a Michel du Grenouillier, francês, e a Francisco Ricardo Zany, italiano.

O primeiro, possuidor de fazendas de gado e de lavoura de cana e de algodão, no Mearim e no Itapecurú, foi o primeiro criador do bicho-da-seda no Brasil. Deve-se-lhe a tentativa de industrialização de carnes de gado e do anil. Homem de actividades pragmáticas verdadeiramente sensacionais, exerceu intensa actuação no consulado pombalício, principalmente no governo de Francisco de Melo e Póvoas. Espírito aventureiro, mais de uma vez subiu rios amazónicos. Em 1749 alcançou o vale do Rio Branco, preando gentio, mão-de-obra para suas fazendas no Maranhão. Numa dessas incursões teve ocasião de inscrever, em livro que se guarda na secção de manuscritos da Biblioteca do Pará, o nome, a altura, o peso, a cor dos cabelos, destarte, realizando um arremedo de identificação antropométrica dos índios que aprisionara e transportara para suas propriedades agrárias. Deixando descendência ilustre nos fastos brasileiros do Império, seguramente por si mesmo constituíra uma contribuição magnífica no período colonial. Mendonça Furtado, irmão de Pombal e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, na correspondência com a Corte, louvou-o continuamente e sem rodeios, indicando-o nas operações económicas que promovia como um benemérito da região.

O segundo, que teve a cooperação de outro compatriota, de nome Jacques Sahut, emigrou de Caiena por ocasião dos lamentáveis sucessos que ali assinalaram a Revolução Francesa. Proprietário agrário, com um apreciável conhecimento dos problemas da

lavou tropical, foi acolhido pelo capitão-general Sousa Coutinho, que lhe utilizou os conhecimentos na organização de um jardim botânico visando à aclimação de espécies vegetais alienígenas e a cultura, por métodos racionais, das espécies nativas consideradas de rendimento económico. Sua passagem pelo Pará assinalou-se, destarte, por um trabalho meritório. O Jardim Botânico de Belém constituiu um empreendimento vigoroso, modelo de estabelecimentos congêneres em Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro e raiz, de certo modo, do Museu Goeldi e do Instituto Agronómico do Norte, que funcionam presentemente na capital paraense².

O terceiro estrangeiro, Francisco Ricardo Zany, nascido na Córsega, tronco de família no Amazonas e no Pará, serviu em comissões as mais variadas. Em 1820, por exemplo, serviu de guia aos naturalistas bávaros Spix e Martius na viagem que realizaram pelo vale. Mais tarde, afeiçoado às coisas da flora e da fauna, exerceu a representação do Museu Nacional do Rio de Janeiro, para o qual remeteu vasto material que colectou no interior da região. Homem que acompanhara, com olhos de ver e inteligência objectiva, as transformações que se operavam no mundo pela penetração das ideias liberais, teve ocasião de analisar, em extensão e profundidade, as condições existenciais do Brasil amazónico. E em relatórios documentadíssimos, expôs as circunstâncias gravíssimas que observou³. Entre outros pontos que feriu, deu um relevo particular ao estado das populações nativas, que padeciam rigores excessivos e se afundavam, por isso mesmo, em tremenda barbaria. Ricardo Zany, examinando a situação, deteve-se em particularidades que no-lo propõem como um «iluminado» de sua época. Assim, olhou o problema das horas de trabalho, dos salários, da habitação, da dieta do trabalhador, reprovando com veemência a exploração que encontrou. No tocante ao braço indígena, redigiu uma exposição sobre a maneira por que ele devia ser tratado, indicando uma política objectiva e prática, e endereçando-a às Cortes de Lisboa. Separando-se o Brasil de Portugal, redigiu nova exposição que apresentou ao Parlamento brasileiro.

Tenente-coronel do exército português e posteriormente do exército brasileiro, participou intensamente de todos os graves sucessos que assinalaram o pré e o pós-independência até à ascensão de Pedro II. Naquela primeira fase, participou da deposição do governador Manuel Joaquim do Paço, que recusara, na Capitania de São José do Rio Negro, hoje Estado do Amazonas, aceitar o facto consumado do sistema constitucional, proclamado no Porto. Organizou e presidiu a uma Junta Militar em Santarém, a qual visava opor-se à onda de desordem que, partindo de Cameté, ano de 1824, ameaçava convulsionar toda a Amazônia. Portou-se, a

² Sobre o assunto escrevemos (pormenorizada memória publicada pelo Ministério da Educação, no Bol. do Museu Nacional (Botânica n.º 7) em 1946.

³ Os relatórios de Zany guardam-se inéditos na secção de manuscritos da Bibl. e Arquivo Público do Pará. São de maior valia para o conhecimento da conjuntura socio-económico do Amazonas ao findar o período colonial.

essa altura, com grande eficiência, conseguindo dominar a situação. Em 1832, por ocasião do pronunciamento armado da comarca do Alto Amazonas, que lutava por alcançar a graduação de província do Império, tentou restaurar a ordem sem maior sucesso. Sua presença em outras ocorrências políticas que tomaram maior corpo no episódio da «Cabanagem», foi sempre uma presença de homem consciente de suas responsabilidades em face do momento delicado que a nação experimentava.

A participação de estrangeiros na vida da Amazônia brasileira, no período colonial, foi uma participação quantitativamente pouco expressiva. Voltamos a explicar: Portugal olhava por seus territórios, para evitar que seus concorrentes na empresa ultramarina lograssem apossar-se deles. A competição não cessava. E a experiência que Portugal possuía, nesse particular, era ponderável demais. Nem por isso, no entanto, como acabamos de verificar, deixou de permitir que, sob certas cautelas e em determinados momentos, os estrangeiros também trouxessem a sua contribuição.



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA